

Superior Tribunal de Justiça

RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.200.832 - ES (2017/0293703-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE : PREVIDÊNCIA USIMINAS
ADVOGADO : MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL - MG064029
ADVOGADOS : LARA CORRÊA SABINO BRESCIANI - DF024162
JULIANA DE CASTRO PRUDENTE - MG060232
ALEXANDRE VALADARES - ES000461A
RAFAEL ALESSANDRO V. DE B. TORRES E OUTRO(S) - ES173805
RECORRIDO : WALDEMAR BRANKI
ADVOGADO : LUÍS FERNANDO NOGUEIRA MOREIRA E OUTRO(S) - ES006942
ADVOGADOS : DANIELA RIBEIRO PIMENTA VALBÃO E OUTRO(S) - ES007322
ANDRÉ LUÍS REMEDE PRANDINA E OUTRO(S) - ES010379
BRUNO CASTELLO MIGUEL - ES016106

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 281/STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pela PREVIDÊNCIA USIMINAS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática proferida pela Ministra Nancy Andrighi, assim ementada (fl. 1238):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado.

2. Embargos de declaração no agravo em recurso especial rejeitados.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1242/1259), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve violação dos artigos 97 e 103-A, ambos da Constituição Federal, à justificativa de que "a Turma Julgadora, para afastar a incidência do art. 1.002 do CPC (equivalente ao art. 505 do CPC-1973), deveria ter suscitado o incidente de arguição de inconstitucionalidade, remetendo os autos do processo para o órgão plenário do Superior Tribunal de Justiça"

Superior Tribunal de Justiça

(fl. 1256).

Ademais, aponta que ocorreu ofensa ao artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, ao argumento de que "seria necessário, no caso concreto, no mínimo, modular os seus efeitos, de modo que o Superior Tribunal de Justiça e seus órgãos fracionários apenas passassem a aplicar o precedente do EAREsp n. 746.775/PR aos agravos interpostos após a publicação da decisão tomada pela Corte Especial" (fl. 1256).

Apresentadas as contrarrazões às fls. 1267/1274.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta admissão.

Extrai-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra decisão monocrática desta Corte, quando ainda cabível o manejo do agravo interno/regimental para julgamento pelo respectivo colegiado.

Ocorre, porém, que, nos termos do artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento, mediante recurso extraordinário, das causas decididas em única ou última instância.

Dessa forma, diante da ausência de esgotamento das vias recursais nesta instância especial, forçoso reconhecer a incidência do Enunciado 281 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes de ambas as Turmas do Excelso Pretório:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO STJ. ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 281/STF. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Cumpre ao recorrente esgotar todos os recursos ordinários cabíveis nas instâncias ordinárias. No caso, o Recurso Extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do RESP 1.334.254/BA, o que atrai o óbice descrito na Súmula 281/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1.113.708 AgR, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-153 DIVULG 31-07-2018 PUBLIC 01-08-2018)

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois ainda era cabível a interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve condenação do agravante em honorários advocatícios. (ARE 1.048.180 AgR, Relator:

Superior Tribunal de Justiça

Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 30/06/2017,
PROCESSO ELETRÔNICO DJe-177 DIVULG 10-08-2017 PUBLIC
14-08-2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Vice-Presidente

